



Foto Benedito Salgado

Aos empresários, Figueiredo disse que a construção civil pode ser a locomotiva da reativação

'Pacote' poderá reduzir correção

Da sucursal de
BRASÍLIA

A aplicação de um redutor — que poderá variar de 10 a 20% — sobre a correção monetária e o aumento do Imposto de Renda incidente sobre a remuneração de todos os ativos financeiros deverão ser duas das medidas mais ousadas do "PACOTE" econômico que o governo anunciará nos próximos dias, para iniciar o processo de desindexação da economia, disse ontem uma fonte do Ministério da Indústria e do Comércio.

A medida, disse a fonte do MIC, terá o efeito de um jato de água fria sobre o mercado financeiro, porque a correção monetária plena incide, atualmente, sobre a remuneração de todos os papéis existentes no mercado. Com a redução dos subsídios à conta-petróleo, à conta-trigo e ao setor agrícola e os cortes nos gastos das estatais, haverá, disse a fonte, menor pressão do governo sobre o mercado financeiro. Dessa forma, não haverá motivo de as taxas de juros continuarem tão altas como estão, observou.

A fonte do MIC espera que, em contrapartida ao jato de água fria sobre o mercado financeiro, haverá reativação, principalmente do mercado imobiliário. Esse setor reduziu suas atividades nos últimos anos porque optou pelo mercado financeiro, a exemplo da classe média, inse-

gura diante da desvalorização crescente do cruzeiro. Maior demanda do mercado imobiliário gerará mais emprego, previu. As atividades econômicas se reativarão, porque as empresas aplicarão menos no mercado financeiro e se beneficiarão da redução das taxas de juro.

A introdução do redutor sobre a correção monetária beneficiará os mutuários do BNH e os locatários. Na avaliação oficial, disse a fonte do MIC, é previsível uma renegociação em massa dos mutuários depois do terceiro mês de vigência do aumento variável de 98 a 130% na prestação da casa própria, a não ser que a correção monetária aplicada sobre as prestações deixe de ser plena. A aplicação da correção monetária plena, entretanto, continuará incidindo sobre os depósitos em cadernetas de poupança, para não prejudicar o Sistema Financeiro da Habitação, ressaltou. Vale dizer, haverá mais de um critério para a aplicação da correção monetária.

SALÁRIOS

A fonte ministerial acredita que não será necessário aplicar um redutor sobre os salários. Eles refletirão um índice de custo de vida expurgado dos efeitos graduais dos aumentos dos derivados do trigo e do petróleo, lembrou. É certo, porém, ressaltou, que os salários perderão ainda mais o poder de compra. As mudan-

ças metodológicas que são anunciadas para o INPC, disse, dão conta de que haverá esse gradual expurgo.

Dessa forma, reduzindo gradualmente os efeitos da correção monetária sobre todos os ativos financeiros — e mantendo-a plena somente na remuneração da poupança popular; os subsídios ao crédito agrícola; e os gastos das estatais —, o governo, segundo a fonte do MIC, criará as condições essenciais exigidas pelo FMI para liberar a segunda parcela do empréstimo ampliado de US\$ 407 milhões. Dessa liberação, ressaltou, depende a sobrevivência da economia, porque sem ela, os credores particulares recuarão ainda mais.

Aplicadas as medidas de contenção do déficit, ressaltou a fonte do MIC, estarão criadas as condições para redução das taxas de juros. Enquanto o FMI permitiu, disse, o déficit foi financiado em sua maior parte pelos empréstimos externos, e pela pressão sobre o mercado financeiro. Os empréstimos externos, disse, estão "secando" mas as novas medidas que deverão ser tomadas para reduzir o déficit, com ênfase na redução dos gastos gerais, contribuirão para eliminar essa pressão e baixar as taxas de juros.

O governo acha, segundo avaliação das autoridades econômicas, que a eliminação gradual da correção monetária ajudará também a moralizar o mercado financeiro.